



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Gestão - SMG

Secretaria Municipal de Finanças - SF

Concurso Público de Ingresso para provimento de Cargos de

## Auditor-Fiscal Tributário Municipal I

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A 4

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL**

1. Uma determinada pessoa é possuidora direta de um imóvel, localizado na zona urbana do município de São Paulo, cuja edificação se encontra em ruínas. Em relação ao referido imóvel, essa pessoa
- (A) é contribuinte do imposto predial, porque a condição de possuidor direto do imóvel não descaracteriza sua sujeição passiva em relação a esse tributo.
  - (B) é contribuinte do imposto territorial, porque a condição de possuidor direto do imóvel não descaracteriza sua sujeição passiva em relação a esse tributo.
  - (C) não é contribuinte nem do imposto predial, nem do imposto territorial, porque a condição de possuidor direto do imóvel descaracteriza sua sujeição passiva em relação a esse tributo.
  - (D) é contribuinte tanto do imposto predial, como do imposto territorial, porque a condição de possuidor direto do imóvel não descaracteriza sua sujeição passiva em relação a esses tributos.
  - (E) não é o contribuinte do imposto predial nem do imposto territorial, porque esses impostos não incidem sobre imóvel em que haja uma edificação em ruínas.

2. Uma determinada entidade religiosa instalou um convento em um imóvel urbano, recebido em comodato, e que se localiza no município de São Paulo. Relativamente a esse imóvel, há
- (A) imunidade constitucional em relação ao imposto predial.
  - (B) imunidade constitucional em relação ao imposto territorial.
  - (C) imunidade constitucional tanto em relação ao imposto predial como em relação ao imposto territorial.
  - (D) imunidade constitucional em relação ao imposto predial e ao imposto territorial somente se o convento estiver instalado em imóvel próprio, pertencente à entidade religiosa.
  - (E) isenção do imposto predial.

3. Em um determinado quarteirão, localizado em zona urbana do município de São Paulo, foram encontrados três imóveis com as seguintes características: um terreno com uma obra paralisada, um terreno com uma obra em fase avançada de construção e um terreno com uma edificação concluída, mas condenada. Em relação a esses três imóveis incidem, respectivamente,
- (A) imposto territorial, imposto predial e imposto predial.
  - (B) imposto territorial, imposto territorial e imposto predial.
  - (C) imposto territorial, imposto territorial e imposto territorial.
  - (D) imposto predial, imposto predial e imposto predial.
  - (E) imposto predial, imposto territorial e imposto predial.

4. Um determinado terreno, com edificação, localiza-se na parte interna de um quarteirão do município de São Paulo. Como esse terreno não tem comunicação com a via pública, os seus moradores têm de passar pelo fundo dos imóveis vizinhos para chegar até essa via pública.
- Relativamente aos Impostos Predial e Territorial Urbanos, o imóvel em questão é considerado terreno
- (A) encravado.
  - (B) prejudicado.
  - (C) sem saída.
  - (D) de fundo.
  - (E) interno.

5. A obrigação que algumas pessoas físicas ou jurídicas têm de informar à Administração Tributária municipal de São Paulo, na forma prevista em regulamento, a ocorrência de venda e locação de unidades imobiliárias, bem como a intermediação dessas atividades, é satisfeita com a
- (A) formalização da Inscrição Imobiliária.
  - (B) entrega de cópia da Declaração de Rendimentos que foi apresentada à Secretaria da Receita Federal.
  - (C) exibição de Certidão de Regularidade Fiscal.
  - (D) entrega da Declaração de Atividades Imobiliárias.
  - (E) apresentação da Certidão Negativa de Débitos municipais.

6. Uma determinada entidade de classe formulou consulta sobre dispositivos da legislação municipal, aplicáveis a fatos determinados e, em razão disso, alguns dos contribuintes filiados a essa entidade entenderam que estaria suspenso o prazo para recolhimento do tributo relacionado com a consulta formulada. O entendimento adotado por esses contribuintes está
- (A) correto, pois a formulação de consulta pelo sujeito passivo da obrigação tributária, bem como pelas entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais, suspende o prazo para recolhimento do tributo, antes ou depois de sua apresentação.
  - (B) correto, pois a formulação de consulta pelo sujeito passivo da obrigação tributária, bem como pelas entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais, suspende, por, no máximo, 60 dias, o prazo para recolhimento do tributo.
  - (C) incorreto, pois a formulação de consulta de sujeito passivo da obrigação tributária ou pelas entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais não suspende, em nenhuma hipótese, o prazo para recolhimento do tributo.
  - (D) incorreto, pois a formulação de consulta pelo sujeito passivo da obrigação tributária, bem como pelas entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais, suspende apenas o prazo para o cumprimento de obrigações acessórias a que esteja sujeito o consultante ou seus filiados.
  - (E) incorreto, pois a formulação de consulta somente pelo sujeito passivo da obrigação tributária suspende o prazo de recolhimento do tributo, antes ou depois de sua apresentação.

<p>7. “A”, pessoa idosa, com 74 anos de idade, é proprietário de diversos imóveis, todos localizados no município de São Paulo. Em 2006, decidiu dar o seguinte destino a três desses imóveis:</p> <p>I. vendeu uma casa para seu irmão “B”, de 72 anos de idade, por R\$ 160.000,00;</p> <p>II. fez a doação de um apartamento, cujo valor venal é de R\$ 155.000,00, para seu irmão “C”, de 71 anos de idade;</p> <p>III. efetuou uma permuta de imóveis, com o irmão “D”, de 67 anos de idade, oferecendo um terreno de sua propriedade, com valor venal de R\$ 190.000,00, e recebendo um galpão, com o mesmo valor venal.</p> <p>Em relação ao Imposto <i>Inter Vivos</i> de Bens Imóveis e de direitos reais sobre eles – ITBI, de competência municipal, é correto afirmar que</p> <p>(A) existe isenção do ITBI em relação às transmissões I e II, pelo fato de o irmão “B” e de o irmão “C” terem mais de 70 anos de idade e que a tributação é normal na transmissão III, porque o irmão “D” tem menos de 70 anos.</p> <p>(B) existe isenção do ITBI em relação às transmissões I, II e III, pelo fato de os irmãos “B”, “C” e “D” terem mais de 65 anos de idade.</p> <p>(C) existe isenção do ITBI em relação às transmissões I, II e III, pelo fato de que “A”, proprietário dos imóveis e contribuinte do ITBI, tem mais de 70 anos de idade.</p> <p>(D) a tributação é normal nas transmissões I e III, mas não o é na transmissão II, porque doações não estão sujeitas ao ITBI.</p> <p>(E) a tributação é normal nas transmissões I e II, mas não o é na transmissão III, porque a permuta de imóveis de valores venais idênticos não proporcionou aumento patrimonial para “A”.</p>	<p>10. Uma pessoa solteira adquiriu um imóvel novo, localizado no município de São Paulo, pelo valor de R\$ 70.000,00, sendo que, desse total, R\$ 45.000,00 foram pagos com economias próprias e os R\$ 25.000,00, restantes, foram pagos com recursos obtidos por meio de financiamento junto ao Sistema Financeiro da Habitação – SFH. O valor do Imposto <i>Inter Vivos</i> de Bens Imóveis e de direitos reais sobre eles – ITBI, de competência municipal,</p> <p>(A) não é devido nessa transmissão, em face da isenção que beneficia as transmissões de bens cujo valor financiado seja igual ou inferior a R\$ 30.000,00, na data do fato gerador, quando o contribuinte é pessoa física.</p> <p>(B) é devido no montante de R\$ 350,00.</p> <p>(C) é devido no montante de R\$ 758,00.</p> <p>(D) é devido no montante de R\$ 1.025,00.</p> <p>(E) é devido no montante de R\$ 1.400,00.</p>
<p>8. São contribuintes do Imposto <i>Inter Vivos</i> de Bens Imóveis e de direitos reais sobre eles – ITBI, de competência municipal, na compra e venda de imóveis e na cessão de direitos decorrente de compromisso de compra e venda, respectivamente, o</p> <p>(A) adquirente e o cedente.</p> <p>(B) vendedor, quando o adquirente é menor de idade, e o cedente.</p> <p>(C) adquirente e o cessionário.</p> <p>(D) vendedor e o cessionário.</p> <p>(E) vendedor e o cedente.</p>	<p>11. O filho de “A” permaneceu internado em hospital particular, localizado no município de São Paulo, pelo período de uma semana. Por ocasião do fechamento da conta hospitalar, depois de o paciente ter recebido alta, foram-lhe entregues duas Notas Fiscais (NF), sendo uma relativa à prestação dos serviços hospitalares, com incidência do ISS, e a outra referente ao fornecimento dos medicamentos utilizados na prestação de serviços hospitalares, com incidência do ICMS.</p> <p>Quanto à emissão desses documentos fiscais, é correto afirmar que, relativamente à prestação de serviços hospitalares, está</p> <p>(A) correta a emissão de NF com incidência do ISS, mas está incorreta a emissão de NF, com incidência do ICMS, relativamente aos medicamentos fornecidos, pois esse fornecimento, em razão da prestação de serviços hospitalares, também está sujeito à incidência do ISS.</p> <p>(B) correta a emissão de NF com incidência do ISS, bem como está correta a emissão de NF, com incidência do ICMS, relativamente aos medicamentos fornecidos, pois esse fornecimento, ainda que promovido em razão da prestação de serviços hospitalares, é sujeito à incidência do ICMS.</p> <p>(C) incorreta a emissão de NF com incidência do ISS, pois quando existe fornecimento de mercadorias juntamente com prestação de serviço, previsto na lista de serviços anexa à Lei Complementar federal 116/03, de 31 de julho de 2003 (art. 126 do Anexo Único a que se refere o art. 1º do Decreto nº 47.006, de 16 de fevereiro de 2006 – “Consolidação da Legislação do Município de São Paulo”), tanto a mercadoria como o serviço se sujeitam ao ICMS. Está correta a emissão de NF, com incidência do ICMS, relativamente aos medicamentos fornecidos, pois esse fornecimento é sempre sujeito à incidência do ICMS.</p> <p>(D) incorreta a emissão de NF com incidência do ISS, pois esse serviço não consta da lista de serviços anexa à Lei Complementar federal 116/03, de 31 de julho de 2003 (art. 126 do Anexo Único a que se refere o art. 1º do Decreto nº 47.006, de 16 de fevereiro de 2006 – “Consolidação da Legislação do Município de São Paulo”), razão pela qual resulta correta a emissão de NF, com incidência do ICMS, relativamente aos medicamentos fornecidos, uma vez que, à míngua de menção expressa de um determinado serviço na referida lista, esse fornecimento fica sujeito à incidência do ICMS.</p> <p>(E) incorreta a emissão da NF, bem como em relação aos medicamentos fornecidos, pois a prestação de serviços hospitalares, incluídos os medicamentos utilizados nesta prestação, é imune à tributação municipal e estadual.</p>
<p>9. Um casal acaba de adquirir imóvel novo, localizado no município de São Paulo, pelo valor de R\$ 150.000,00, sendo que, desse total, R\$ 40.000,00 foram pagos com as economias formadas pelo casal e os R\$ 110.000,00 restantes foram pagos com recursos obtidos por meio de financiamento no Sistema Financeiro da Habitação – SFH. O valor do Imposto <i>Inter Vivos</i> de Bens Imóveis e de direitos reais sobre eles – ITBI, de competência municipal,</p> <p>(A) não é devido nessa transmissão, em face da isenção que beneficia a primeira aquisição de unidades habitacionais financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação – SFH.</p> <p>(B) é devido no montante de R\$ 2.358,00.</p> <p>(C) é devido no montante de R\$ 750,00.</p> <p>(D) é devido no montante de R\$ 214,00.</p> <p>(E) é devido no montante de R\$ 3.000,00.</p>	

12. Sujeita-se à incidência do ISS a
- (A) prestação de serviço de hospedagem, em hotéis, e a alimentação fornecida em razão dessa hospedagem, ainda quando não-incluída no preço da diária.
  - (B) execução, por administração, de obras de construção civil e o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local de prestação dos serviços.
  - (C) prestação de serviço de bufê (*buffet*) e o fornecimento da alimentação e das bebidas necessárias à prestação desse serviço, quando esse fornecimento for cobrado concomitantemente com a prestação de serviço.
  - (D) prestação de qualquer tipo de serviço de alfaiataria e costura para empresa que vai comercializar as peças de vestuário objeto da prestação de serviços.
  - (E) prestação de serviço de funeral e o respectivo fornecimento de caixões, urnas ou esquifes.

13. Considere as seguintes situações:

- I. uma empresa de demolição, com estabelecimento único, situado no município de São Paulo, prestou serviços de demolição no município de Santos.
- II. uma empresa de execução de serviços de decoração e jardinagem, com estabelecimento único, situado no município de Mairiporã, prestou serviços no município de São Paulo.
- III. uma empresa de organização de festas e recepções (bufê ou *buffet*), com estabelecimento único, situado no município de São Paulo, prestou serviços no município de Campinas.
- IV. uma empresa de dedetização, com estabelecimento único, situado no município de Poá, prestou serviços no município de São Paulo.

Considerando as prestações de serviços descritas, o ISS é devido ao município de São Paulo APENAS nas situações

- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

14. Uma determinada oficina mecânica, localizada no município de São Paulo, prestadora de vários tipos de serviços nesse segmento de atividade econômica, decidiu, a partir de maio de 2006, realizar a seguinte promoção para a sua clientela:

- I. os serviços de recondicionamento de motores passaram a gozar de um desconto incondicional de 20%, inclusive sobre as peças e partes empregadas na prestação desse serviço;
- II. os serviços de funilaria e lanternagem passaram a gozar de um desconto de 30%, condicionado, porém, ao seu pagamento à vista.

Um cliente dessa oficina mecânica resolveu aproveitar a “onda de promoções” e contratou tanto a prestação de serviço de recondicionamento como a prestação de serviço de funilaria para seu veículo.

Concluído o trabalho, foi-lhe apresentada a conta abaixo representada:

RECONDICIONAMENTO	
1) Serviços (sem cômputo do desconto)	R\$ 1.500,00
2) Peças e partes empregadas (sem cômputo do desconto)	R\$ 500,00
<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 2.000,00</b>
FUNILARIA	
3) funilaria (sem cômputo do desconto)	R\$ 1.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.000,00</b>

- O cliente pagou toda a conta à vista, para beneficiar-se do desconto de 30% sobre a parte de funilaria.
- Total da conta, com os descontos: R\$ 2.300,00.

Diante dessas informações, o valor do ISS a ser pago pela oficina, considerando uma alíquota de ISS de 5%, é

- (A) R\$ 95,00
- (B) R\$ 110,00
- (C) R\$ 115,00
- (D) R\$ 130,00
- (E) R\$ 150,00

15. Fica excluído do regime da microempresa o contribuinte

- (A) que se constituir sob a forma de sociedade limitada.
- (B) cujo sócio seja acionista minoritário de uma companhia de capital aberto.
- (C) que contar com cinco pessoas, incluindo os sócios, empregados ou autônomos, envolvidos na atividade.
- (D) que prestarem quaisquer tipos de serviços em *shopping centers* ou em locais de alto padrão de consumo.
- (E) que prestar serviço de publicidade e propaganda.

<p>16. A legislação do ISS do município de São Paulo concede isenção do imposto para as construções e reformas de moradias econômicas. Considera-se moradia econômica, para esse fim, a residência unifamiliar</p> <p>(A) ou o pequeno estabelecimento em que o proprietário pernoite ocasionalmente com sua família, desde que não possua estrutura especial e tenha área não superior a 80m<sup>2</sup>.</p> <p>(B) ou o pequeno estabelecimento em que o proprietário pernoite ocasionalmente com sua família e que tenha área não superior a 80m<sup>2</sup>.</p> <p>(C) que não constitua parte de agrupamento ou conjunto de realização simultânea, ou o pequeno estabelecimento em que o proprietário pernoite ocasionalmente com sua família, desde que não possua estrutura especial e tenha área não superior a 80m<sup>2</sup>.</p> <p>(D) que não constitua parte de agrupamento ou conjunto de realização simultânea, destinada exclusivamente à residência do interessado, desde que não possua estrutura especial e tenha área não superior a 80m<sup>2</sup>.</p> <p>(E) que não constitua parte de agrupamento ou conjunto de realização simultânea, destinada exclusivamente à residência do interessado, desde que não possua estrutura especial ou, alternativamente, tenha área não superior a 80m<sup>2</sup>.</p>	<p>18. Consoante à legislação do município de São Paulo, um anúncio animado, com área de até 5m<sup>2</sup>, com mudança de cor, desenho e dizeres, através de jogos de luzes ou com luz intermitente, sofre a incidência anual, por anúncio, da Taxa de Fiscalização de Anúncios, no valor de R\$ 175,00 (Tabela X, item 2, do Anexo Único a que se refere o art. 1º do Decreto nº 47.006, de 16 de fevereiro de 2006 – “Consolidação da Legislação do Município de São Paulo”). Do mesmo modo, um quadro próprio para afixação de cartazes murais, conhecido como <i>out-door</i>, sofre a incidência mensal, por quadro, dessa mesma Taxa de Fiscalização de Anúncios, no valor de R\$ 25,00. (Tabela XI, item 1, do Anexo Único a que se refere o art. 1º do Decreto nº 47.006, de 16 de fevereiro de 2006 – “Consolidação da Legislação do Município de São Paulo”). Tratando-se da primeira incidência dessa taxa, considera-se ocorrido o seu fato gerador</p> <p>(A) na data de início da utilização ou exploração do anúncio, independentemente de a periodicidade da incidência ser mensal ou anual.</p> <p>(B) na data de início da utilização ou exploração do anúncio, quando essa incidência for anual e, no primeiro dia do mês seguinte ao do início da utilização, quando a periodicidade da incidência for mensal.</p> <p>(C) no primeiro dia do ano seguinte ao do início da utilização ou exploração do anúncio, quando essa incidência for anual e, no primeiro dia do mês seguinte ao do início da utilização, quando a periodicidade da incidência for mensal.</p> <p>(D) na data de início da utilização ou exploração do anúncio, quando essa incidência for anual e, no primeiro dia do mês do início da utilização, quando a periodicidade da incidência for mensal.</p> <p>(E) no primeiro dia do ano do início da utilização, quando a periodicidade da incidência for anual e no primeiro dia do mês do início da utilização, quando a periodicidade da incidência for mensal.</p>
<p>17. De acordo com a legislação municipal de São Paulo, a Contribuição de Melhoria incidente pode ser arrecadada dos proprietários de imóveis localizados em zona</p> <p>(A) urbana ou rural, beneficiados por obras de pavimentação de vias e logradouros públicos, executadas pela Prefeitura por meio de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.</p> <p>(B) urbana ou rural, beneficiados por obras de pavimentação de vias e logradouros públicos, inclusive quando se tratar de simples reparação ou recapeamento de pavimento, executadas pela Prefeitura por meio de seus órgãos de Administração Direta ou Indireta.</p> <p>(C) urbana, beneficiados por obras de pavimentação de vias e logradouros públicos, executadas pela Prefeitura por meio de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.</p> <p>(D) urbana, beneficiados por obras de pavimentação de vias e logradouros públicos, inclusive quando se tratar de simples reparação ou recapeamento de pavimento, executadas pela Prefeitura por meio de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.</p> <p>(E) rural, beneficiados por obras de pavimentação de vias e logradouros públicos, inclusive quando se tratar de simples reparação ou recapeamento de pavimento, executadas pela Prefeitura por meio de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.</p>	<p>19. Relativamente à impugnação da exigência fiscal pelo contribuinte e ao seguimento de recurso por ele interposto, é correto afirmar que a impugnação</p> <p>(A) poderá ser feita mediante depósito administrativo prévio, em dinheiro, em valor equivalente a 50% da exigência fiscal definida no auto de infração ou na notificação de lançamento, hipótese em que não haverá necessidade de novo depósito para a apresentação de recurso.</p> <p>(B) poderá ser feita independentemente de prévio depósito, mas os recursos somente terão seguimento mediante depósito administrativo em dinheiro, em valor equivalente a 30% da exigência fiscal definida no auto de infração ou na notificação de lançamento, excetuados os casos em que esse depósito for expressamente dispensado.</p> <p>(C) e a interposição de recurso poderão sempre ser feitas independentemente de depósito.</p> <p>(D) e a interposição de recurso só poderão ser feitas mediante depósito administrativo em dinheiro, em valor equivalente a 30% da exigência fiscal definida no auto de infração ou na notificação de lançamento, excetuados os casos em que esse depósito tiver sido expressamente dispensado.</p> <p>(E) e a interposição de recurso só poderão ser feitas mediante depósito administrativo em dinheiro, em valor equivalente a 50% da exigência fiscal definida no auto de infração ou na notificação de lançamento, excetuados os casos em que esse depósito tiver sido expressamente dispensado.</p>

20. Relativamente ao Recurso Ordinário e ao Recurso de Revisão, é correto afirmar que

- (A) o Recurso de Revisão é julgado pelas Câmaras Julgadoras do Conselho Municipal de Tributos, enquanto o Recurso Ordinário é julgado pelas Câmaras Reunidas desse tribunal.
- (B) tanto o Recurso Ordinário como o Recurso de Revisão podem ser interpostos pelo sujeito passivo ou pelo Representante Fiscal.
- (C) o prazo para interposição de ambos os recursos é de 15 dias.
- (D) o prazo para interposição do Recurso Ordinário é de 30 dias e o prazo para interposição do Recurso de Revisão é de 15 dias.
- (E) cabe Recurso Ordinário da decisão final proferida em primeira instância e cabe Recurso de Revisão da decisão proferida pela Câmara Julgadora que tiver dado à legislação tributária interpretação divergente da que lhe haja dado outra Câmara Julgadora ou as Câmaras Reunidas.

**DIREITO PENAL**

21. A regra que veda a interpretação extensiva das normas penais incriminadoras decorre do princípio constitucional da

- (A) culpabilidade.
- (B) igualdade.
- (C) legalidade.
- (D) subsidiariedade.
- (E) proporcionalidade.

22. Na contagem dos prazos penais,

- (A) inclui-se o dia do começo.
- (B) considera-se como termo inicial a data da intimação.
- (C) considera-se como termo inicial a data da juntada do mandado aos autos.
- (D) considera-se como termo inicial o dia seguinte ao da intimação.
- (E) descontam-se os feriados.

23. Adotada a teoria finalista da ação, o dolo e a culpa integram a

- (A) punibilidade.
- (B) tipicidade.
- (C) culpabilidade.
- (D) imputabilidade.
- (E) antijuridicidade.

24. Exclui a ilicitude da conduta

- (A) a coação irresistível.
- (B) a obediência hierárquica.
- (C) a desistência voluntária.
- (D) o estrito cumprimento do dever legal.
- (E) o arrependimento posterior.

25. São pressupostos da culpabilidade

- (A) a falta de cuidado, a previsibilidade do resultado e a exigibilidade de conduta diversa.
- (B) a imputabilidade, a possibilidade de conhecimento da ilicitude e a falta de cuidado.
- (C) a previsibilidade do resultado, a imputabilidade e a falta de cuidado.
- (D) a possibilidade de conhecer a ilicitude, a exigibilidade de conduta diversa e a falta de cuidado.
- (E) a imputabilidade, a possibilidade de conhecer a ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa.

26. A doença mental, a perturbação de saúde mental e o desenvolvimento mental incompleto ou retardado

- (A) refletem na culpabilidade, de modo a excluí-la ou a atenuá-la.
- (B) excluem a ilicitude da conduta.
- (C) isentam sempre de pena.
- (D) extinguem a punibilidade.
- (E) excluem a tipicidade.

27. No que concerne às causas de extinção da punibilidade, é correto afirmar que

- (A) a sentença que concede o perdão judicial será considerada para efeito de reincidência.
- (B) a perempção constitui a perda do direito de representar ou de oferecer queixa, em razão do decurso do prazo para o seu exercício.
- (C) cabe perdão do ofendido na ação penal pública condicionada.
- (D) a renúncia ao direito de queixa ocorre antes de iniciada a ação penal privada.
- (E) o indulto deve ser concedido por lei.

28. A falsificação de nota promissória configura o crime de

- (A) falsificação de documento particular.
- (B) falsidade ideológica.
- (C) uso de documento falso.
- (D) falsificação de selo ou sinal público.
- (E) falsificação de documento público.

29. Aquela que omite, em documento particular, declaração que dele devia constar, com o fim de criar obrigação, comete o crime de

- (A) uso de documento falso.
- (B) falsidade ideológica.
- (C) supressão de documento.
- (D) atestado ideologicamente falso.
- (E) falsificação de documento particular.

<p>30. No crime de corrupção ativa, a vantagem indevida</p> <p>(A) deve ser recebida pelo funcionário público.                  (B) deve ser concedida a funcionário público.                  (C) pode ser oferecida a funcionário público.                  (D) é exigida pelo funcionário público.                  (E) é solicitada pelo funcionário público.</p>	<p>36. O crime de abuso de autoridade</p> <p>(A) não é próprio, pois pode ser praticado por qualquer pessoa.                  (B) é próprio, pois só pode ser praticado por militar.                  (C) é próprio, admitindo, contudo, o concurso de particular.                  (D) é próprio, pois só pode ser praticado por quem exerça cargo, emprego ou função pública de natureza civil.                  (E) não é próprio, pois pode ser praticado por qualquer pessoa que exerça função pública remunerada, de natureza civil ou militar.</p>
<p>31. Aquele que exige vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função, comete o crime de</p> <p>(A) tráfico de influência.                  (B) advocacia administrativa.                  (C) exploração de prestígio.                  (D) condescendência criminosa.                  (E) prevaricação.</p>	<p>37. Constituem atos de improbidade os praticados</p> <p>(A) apenas contra a administração direta dos Poderes Executivos da União, dos Estados e dos Municípios.                  (B) contra entidade para cuja criação o erário haja concorrido com mais de 70% (setenta por cento) do patrimônio.                  (C) contra a administração fundacional dos Poderes da União e dos Estados, excluídos os Municípios.                  (D) apenas por agente público servidor.                  (E) contra o patrimônio de entidade que receba subvenção de órgão público.</p>
<p>32. A conduta do funcionário público que, em razão da função exercida, solicita vantagem indevida, sem, contudo, chegar a recebê-la, caracteriza, em tese,</p> <p>(A) tentativa de corrupção passiva.                  (B) tentativa de concussão.                  (C) corrupção passiva consumada.                  (D) corrupção ativa consumada.                  (E) concussão consumada.</p>	<p>38. Nos crimes contra a ordem tributária,</p> <p>(A) a pena deve ser aumentada se praticados em relação ao comércio de bens essenciais à vida ou à saúde.                  (B) a pena de multa deve ser fixada entre 10 (dez) e 180 (cento e oitenta) dias-multa.                  (C) o sujeito ativo só pode ser funcionário público.                  (D) a pena de multa não pode ser diminuída, mesmo que de excessiva onerosidade para o agente.                  (E) a ação penal é privada.</p>
<p>33. Admite a modalidade culposa</p> <p>(A) a concussão.                  (B) a prevaricação.                  (C) a corrupção passiva.                  (D) o peculato.                  (E) o falso testemunho.</p>	<p>39. Nos crimes contra o sistema financeiro,</p> <p>(A) a competência para o respectivo processamento é exclusiva da Justiça Estadual.                  (B) a ação penal pode ser pública ou privada.                  (C) a pena de multa pode ser elevada até o triplo.                  (D) cabe a chamada delação premiada.                  (E) são considerados sujeitos ativos os controladores e os administradores da instituição financeira, excluídos os diretores e os gerentes.</p>
<p>34. O contador que, em declaração prestada em processo administrativo, cala a verdade pratica o crime de</p> <p>(A) desacato.                  (B) desobediência.                  (C) fraude processual.                  (D) condescendência criminosa.                  (E) falso testemunho.</p>	<p>40. Exigir tributo que o agente sabe ser indevido tipifica o crime de</p> <p>(A) corrupção ativa.                  (B) excesso de exação.                  (C) peculato.                  (D) corrupção passiva.                  (E) prevaricação.</p>
<p>35. Para efeitos penais,</p> <p>(A) não se considera funcionário público quem exerce cargo público transitório, embora remunerado.                  (B) considera-se funcionário público quem trabalha para empresa prestadora de serviços contratada para a execução de atividade típica da administração pública.                  (C) considera-se funcionário público apenas quem exerce cargo em entidade parastatal.                  (D) não se considera funcionário público quem exerce função pública não remunerada.                  (E) não se considera funcionário público quem exerce emprego público transitório e não remunerado.</p>	

**AUDITORIA**

41. Uma das diferenças entre o auditor independente e o auditor interno é que o primeiro
- (A) necessita de registro no Conselho Regional de Contabilidade e o segundo, não.
  - (B) está dispensado de recomendar modificações nos controles internos da entidade e o segundo, não.
  - (C) precisa ter conhecimentos sobre tecnologia da informação e o segundo, não.
  - (D) não pode ficar subordinado a pessoas que possam ter seus trabalhos por ele examinados e ao segundo, sim.
  - (E) tem por obrigação emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis da entidade e o segundo, não.

42. Os testes de observância têm por objetivo verificar se a entidade auditada
- (A) cumpre a legislação que rege o ramo de atividade a que pertence.
  - (B) efetua corretamente o controle de qualidade de seus produtos.
  - (C) registra de forma adequada e com os valores corretos seus bens, direitos e obrigações para com terceiros.
  - (D) dispõe de controles internos adequados em efetivo funcionamento e cumprimento.
  - (E) possui sistema contábil que produz dados exatos, precisos e tempestivos.

43. Considere as afirmações a seguir:
- I. A carta de responsabilidade da Administração deve ser emitida com a mesma data do parecer do auditor sobre as demonstrações contábeis a que ela se refere.
  - II. Existe uma relação inversa entre o risco de auditoria e o nível estabelecido de relevância pelo auditor.
  - III. Testes substantivos consistem na verificação do comportamento de ativos ou passivos relevantes, por meio de índices ou quocientes, visando identificar tendências ou situações anormais.
  - IV. Contingências ativas são registros contábeis feitos com base em estimativas sobre fatos que possam resultar em efeitos negativos sobre o patrimônio líquido da entidade auditada.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) I e III.
  - (C) II e III.
  - (D) II e IV.
  - (E) III e IV.

44. Em relação à auditoria externa independente das demonstrações contábeis da entidade, é correto afirmar:
- (A) Fraude é o ato não-intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração da escrituração contábil.
  - (B) O risco de auditoria é a possibilidade de o auditor vir a emitir uma opinião inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas.
  - (C) Erro é o ato intencional de omissão ou manipulação de transações, inclusive adulterações de documentos da escrituração contábil.
  - (D) Como o sistema contábil e de controles internos da entidade é de responsabilidade exclusiva de sua administração, não cabe ao auditor efetuar sugestões objetivas para seu aprimoramento.
  - (E) Independentemente de ter emitido opinião sobre as demonstrações contábeis originais, o auditor pode expressar opinião sobre demonstrações contábeis apresentadas de forma condensada.

45. No exame das demonstrações contábeis de uma entidade, o risco de continuidade normal das atividades desta deve ser objeto de atenção dos auditores independentes. É um dos indicadores desse risco:
- (A) passivo exigível em valor superior ao do patrimônio líquido.
  - (B) existência de empréstimos e financiamentos de curto prazo para financiar o giro.
  - (C) índices financeiros adversos de forma contínua.
  - (D) investimento operacional em giro negativo.
  - (E) flutuações cíclicas do resultado em função de sazonalidade das vendas.

46. Quando o auditor efetua a seleção da amostra com base na sua experiência profissional, está utilizando uma técnica denominada amostragem
- (A) por conglomerado.
  - (B) casual.
  - (C) por intervalos.
  - (D) estratificada.
  - (E) randômica.

47. Estimativa contábil é uma previsão quanto ao valor de um item que considera as melhores evidências disponíveis quando não há forma precisa de quantificação e deve ser objeto de atenção do auditor para se certificar quanto à sua razoabilidade. As estimativas contábeis
- (A) são de responsabilidade exclusiva do auditor independente, embora ele possa utilizar informações dos controles contábeis da entidade auditada.
  - (B) sempre podem ser determinadas com segurança, porque todas as incertezas são quantificáveis estatisticamente.
  - (C) que tenham por objeto provisionar valores de ocorrência rotineira são denominadas estimativas diretas.
  - (D) baseadas em fórmulas ditadas pela experiência devem ser revisadas regularmente, com o objetivo de efetuar ajustes.
  - (E) que tenham por objeto provisionar valores de ocorrência não-rotineira são denominadas estimativas simples.



48. Considere as afirmações a seguir, relativas a transações e eventos subseqüentes ao término do exercício social a que se referem as demonstrações contábeis auditadas:

- I. A emissão de debêntures e ações não é considerada evento subseqüente relevante.
- II. Eventos subseqüentes, após a divulgação das demonstrações contábeis, não devem ser considerados pelo auditor, uma vez que ele não pode emitir um novo parecer.
- III. Caso os eventos subseqüentes não sejam revelados adequadamente pela companhia, o auditor deve mencioná-los, como ressalva ou em parágrafo de ênfase, em seu parecer.
- IV. A desapropriação de bens da companhia pelo Poder Público é considerada um evento subseqüente relevante.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

49. Segundo a NBC T 11-8, a verificação do sistema de qualidade interno dos serviços prestados por empresa de auditoria independente deve ser efetuado a cada

- (A) ano.
- (B) dois anos.
- (C) três anos.
- (D) quatro anos.
- (E) cinco anos.

50. Um auditor independente foi contratado pela Cia. Metalúrgica ABC, em 10.01.2006, para examinar as demonstrações contábeis da sociedade relativas ao exercício findo em 31.12.2005. Em virtude do atraso de sua contratação, ele não pôde acompanhar o inventário físico dos estoques de matérias-primas, de produtos em elaboração e dos produtos acabados da companhia. Essa limitação na extensão de seu trabalho, que ele considerou bastante relevante, deve conduzir à emissão de um parecer

- (A) sem ressalva.
- (B) adverso.
- (C) com abstenção de opinião.
- (D) com ressalva.
- (E) com parágrafo de ênfase.

51. Nos trabalhos de auditoria externa, o profissional encarregado de revisar as contas a pagar da Cia. Madeirense verificou a existência de várias duplicatas quitadas, emitidas por fornecedores da companhia, mas cuja baixa não tinha sido registrada na escrituração contábil. Esse fato constitui um indício de

- (A) falta de origem para suprimentos de caixa.
- (B) subestimação de passivos.
- (C) passivo fictício.
- (D) passivo real a descoberto.
- (E) passivo oculto.

52. O saldo da conta corrente da entidade auditada no Banco Mineiro do Sul S/A em 31.12.2005 era de R\$ 158.000,00, credor. Na mesma data, o saldo da mesma conta corrente na escrituração contábil da companhia era de R\$ 136.000,00, devedor. No procedimento de conciliação bancária, nessa mesma data, o auditor constatou que

- Os cheques de nº 15 a 18, emitidos pela companhia, não haviam ainda sido apresentados ao banco, no valor total de R\$ 11.500,00.
- Houve cobrança de despesas bancárias no valor de R\$ 1.200,00, não contabilizada pela companhia.
- A duplicata nº 22, no valor de R\$ 12.700,00, em cobrança no banco, havia sido paga pelo credor, sem que houvesse sido registrado o fato na escrituração contábil da entidade.
- Um depósito de R\$ 1.000,00, efetuado pela companhia, não havia ainda sido compensado.

Efetuados os ajustes correspondentes, o valor correto do saldo da conta corrente bancária da entidade é de, em R\$:

- (A) 149.300,00
- (B) 147.500,00
- (C) 146.500,00
- (D) 145.300,00
- (E) 137.000,00

53. A Cia. Varginha importou uma máquina para ser utilizada em suas atividades industriais, pelo valor CIF de R\$ 200.000,00. Sobre a importação incidiram os seguintes tributos:

Imposto de Importação .....	R\$ 20.000,00
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) .....	R\$ 22.000,00
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) .....	R\$ 58.914,00
Contribuição para o PIS.....	R\$ 4.708,00
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).....	R\$ 21.683,00

Adicionalmente, a companhia desembolsou R\$ 4.000,00 para que a máquina fosse devidamente instalada em sua fábrica e em condições de produzir. Ao analisar essa operação, o auditor independente constatou que o custo de aquisição tinha sido corretamente escriturado. Sabendo-se que a companhia é contribuinte do IPI, do ICMS, do PIS e da COFINS no regime de incidência não-cumulativa, o valor encontrado pelo auditor no registro contábil da importação correspondeu a, em R\$:

- (A) 250.391,00
- (B) 246.391,00
- (C) 228.708,00
- (D) 224.000,00
- (E) 220.000,00

<p>54. Ao efetuar a auditoria das contas do Ativo Permanente da Cia. Mercúrio, o auditor constatou que a aquisição de 30% das ações da Cia. Polar, realizada durante o exercício, tinha sido contabilizada pelo custo de aquisição de R\$ 300.000,00. Na ocasião da compra, o Patrimônio Líquido da investida correspondia a R\$ 1.100.000,00 e o da investidora, a R\$ 2.100.000,00. A vista desses fatos, o auditor concluiu que o lançamento em questão estava</p> <p>(A) correto, porque o investimento não é relevante para a investidora.          (B) correto, porque a Cia. Polar não é controlada pela Cia. Mercúrio.          (C) correto, porque atendeu ao princípio contábil do custo como base de valor.          (D) incorreto, porque o valor do investimento é R\$ 270.000,00, com ágio de R\$ 30.000,00.          (E) incorreto, porque o valor do investimento é de R\$ 330.000,00, com deságio de R\$ 30.000,00.</p>	<p>58. Em auditoria externa de estoques de uma empresa industrial, que tinha iniciado suas atividades no exercício em curso, foi constatado que o custo total de produção no período importou em R\$ 320.000,00. Foi iniciada nesse exercício a produção de 2.000 unidades do bem X, sendo que no final do período estavam ainda em processo 500 unidades com grau de acabamento equivalente a 20% do produto pronto. Confirmada essa percentagem com os engenheiros de produção da empresa, o auditor verificou que o estoque de produtos em processo tinha sido avaliado e registrado por R\$ 80.000,00, na escrituração contábil da empresa. O valor do estoque de produtos em processo está</p> <p>(A) correto.          (B) subestimado em R\$ 70.000,00.          (C) superestimado em R\$ 60.000,00.          (D) subestimado em R\$ 30.000,00.          (E) superestimado em R\$ 20.000,00.</p>
<p>55. Em 01.07.2005, foi feita, na Cia. Sol Maior, a reavaliação de um equipamento industrial cujo valor contábil era de R\$ 180.000,00, constituindo a respectiva reserva no valor de R\$ 70.000,00. A vida útil restante do bem foi estimada em 10 (dez anos), sem valor residual. Em 31.12.2005, foi lançado contabilmente o encargo de depreciação do equipamento. O auditor independente constatou que a companhia tinha deixado de efetuar a baixa parcial da reserva de reavaliação. Supondo-se a inexistência de tributos e contribuições sobre o lucro, ao sugerir o lançamento de ajuste, o auditor recomendou efetuar a baixa pelo valor correto de, em R\$:</p> <p>(A) 3.500,00          (B) 7.000,00          (C) 9.000,00          (D) 12.500,00          (E) 18.000,00</p>	<p>59. Ao analisar os investimentos permanentes da Cia. Monte Alto, o auditor externo verificou que uma participação societária na Cia. Flora Azul havia sido adquirida por R\$ 500.000,00, com ágio de R\$ 100.000,00 sobre o valor patrimonial das ações da investida. O motivo do ágio foi a existência de imóveis na investida cujo valor de mercado superava o valor contábil em R\$ 200.000,00. No final do exercício, a Cia. Flora Azul efetuou a reavaliação desses imóveis por esses exatos R\$ 200.000,00, fato não registrado na contabilidade da investidora. O lançamento de ajuste recomendado pelo auditor foi</p>
<p>56. O lucro líquido do exercício de 2005 da Cia. Belo Horizonte foi de R\$ 300.000,00. O patrimônio líquido da companhia, já computado esse resultado, era de R\$ 1.100.000,00. Ao ser efetuada a auditoria externa, constatou-se que a sociedade tinha deixado de constituir a reserva legal no exercício em curso. Em 31.12.2004, o saldo credor dessa reserva era de R\$ 215.000,00. Após o lançamento do ajuste sugerido pelo auditor, de acordo com normas vigentes, a reserva legal foi acrescida da importância correspondente a, em R\$:</p> <p>(A) 15.000,00          (B) 12.500,00          (C) 10.000,00          (D) 7.500,00          (E) 5.000,00</p>	<p>(A) Ágio na aquisição de Investimentos – Cia. Flora Azul          a Reserva de Reavaliação – Cia. Flora Azul 100.000,00</p> <p>(B) Investimentos – Cia. Flora Azul          a Ágio na aquisição de Investimentos – Cia. Flora Azul 100.000,00</p> <p>(C) Reserva de Reavaliação – Cia. Flora Azul          a Investimentos – Cia. Flora Azul 100.000,00</p> <p>(D) Investimentos – Cia. Flora Azul          a Reserva de Reavaliação – Cia. Flora Azul 200.000,00</p> <p>(E) Investimentos – Cia. Flora Azul          a Ágio na aquisição de Investimentos – Cia. Flora Azul 200.000,00</p>
<p>57. No curso de auditoria externa realizada na Cia. Novo Hamburgo foram constatadas as seguintes irregularidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Registro incorreto de gastos de manutenção do Ativo Imobilizado de R\$ 30.000,00 como despesas, em vez de acréscimo ao valor dos bens.</li> <li>– Insuficiência na constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R\$ 17.000,00.</li> <li>– Falta de registro contábil de duplicatas já pagas, mantidas incorretamente no Passivo Circulante, no valor de R\$ 28.000,00.</li> <li>– Falta de registro de adiantamento a empregados no valor de R\$ 6.000,00.</li> </ul> <p>Efetuada os lançamentos de ajuste para sanar tais irregularidades, recomendados pelo auditor, o resultado da companhia</p> <p>(A) diminuiu R\$ 21.000,00.          (B) diminuiu R\$ 15.000,00.          (C) permaneceu inalterado.          (D) aumentou R\$ 13.000,00.          (E) aumentou R\$ 7.000,00.</p>	<p>60. A tempestividade e a integridade do registro do patrimônio e suas variações, independentemente das causas que as originaram, constitui o fulcro do Princípio Contábil da</p> <p>(A) Oportunidade.          (B) Competência.          (C) Entidade.          (D) Prudência.          (E) Continuidade.</p>